



# Caderno de Negociação



Número 98 - Fevereiro de 2026

## DIREITOS

### Negociação coletiva no enfrentamento à violência contra a mulher

Em março, quando se celebra o Dia Internacional da Mulher (08/03), o movimento sindical fortalece o debate sobre equidade e evidencia as desigualdades e adversidades que as mulheres enfrentam no trabalho e na vida cotidiana. Entre tantos problemas diários, o da violência é especialmente preocupante. Além de lutar por garantias que deem às trabalhadoras autonomia econômica, para fazer com que elas estejam menos vulneráveis a situações de opressão e tirania doméstica, as entidades sindicais têm pautado nas negociações coletivas mecanismos para evitar a violência contra as mulheres nos locais de trabalho e em casa. Aqui, foram selecionadas cláusulas com garantias importantes sobre a questão, presentes em acordos e convenções coletivas de trabalho.

#### **ASSÉDIO MORAL, COMBATE AO RACISMO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

A empresa se compromete a promover, em parceria com o sindicato laboral, ao menos uma vez por ano, ações de orientações no combate ao assédio moral e sexual, violência contra as mulheres, racismo e qualquer outra forma de discriminação. Especialmente na perspectiva da educação para conviver com as diferenças. O sindicato recomenda que esses esforços sejam prosseguidos e reforçados sistematicamente, para enfrentar a proliferação de ódio e desrespeito.

**Parágrafo Primeiro:** Favorecer a criação de Plano de Ação para monitoramento, prevenção e combate a todo tipo de violência e discriminação, integrado numa estratégia de interlocução com o sindicato para a igualdade e não-discriminação no período 2024/2025;

#### **COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL**

As entidades sindicais signatárias desta convenção coletiva reafirmam os propósitos de combate ao assédio moral, assédio sexual e violência, conforme Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 e disposições das Convenções nº 111 e nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como o combate ao racismo. Dessa forma, as partes se comprometem, paritariamente e de forma negociada, a combater qualquer

tipo de assédio moral, sexual ou racismo no local de trabalho, apurando denúncias e focando na prevenção efetiva dos conflitos.

#### **SUORTE À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

O sindicato reconhece o programa interno da empresa, realizado pela área de SSO (Saúde e Segurança Ocupacional), o qual conta com equipe multidisciplinar composta por médicos, corpo de enfermagem, assistente social e psicóloga, para suporte e assistência à mulher, inclusive em casos de violência doméstica e familiar.

#### **ASSÉDIO MORAL, ATOS DISCRIMINATÓRIOS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Conforme filosofia adotada pela empregadora e prevista em seu código de conduta, todos/as os/as empregados/as deverão ser tratados/as com equidade, não sendo permitido qualquer ato que possa ser caracterizado como assédio (moral e/ou sexual), discriminação (por motivo de raça, religião, orientação sexual, deficiência, entre outros) e violência contra a mulher.



Imagem de Freepik

## NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

### 94% das negociações têm reajustes superiores à inflação em janeiro

Segundo análise do DIEESE, 94,0% das 364 negociações de janeiro, com reajustes registrados no Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego, até 2/02, conquistaram ganhos acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variação real média dos reajustes foi de 2,12% e 1/3 das negociações

conquistou ganhos reais entre 2% e 3% (acima da inflação).

Nos últimos 12 meses, das principais categorias que deverão agora entrar em negociação coletiva, destacam-se o desempenho dos vigilantes, dos trabalhadores na construção e mobiliário, empregados no turismo e hospitalidade e comerciários, todos com ganhos reais em torno de 90% dos resultados.

Quanto aos pisos salariais dessas mesmas categorias, em igual período, o maior valor médio foi verificado no segmento dos transportes (R\$ 2.003); e o menor, no turismo e hospitalidade (R\$ 1.738).

#### Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média dos reajustes Brasil - últimos 12 meses













Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Fev/25	87,3%	8,8%	3,9%	1,63%	890
Mar/25	82,6%	10,8%	6,6%	0,80%	2.796
Abr/25	60,2%	28,2%	11,6%	0,68%	980
Mai/25	74,7%	15,5%	9,8%	0,75%	7.656
Jun/25	80,5%	13,9%	5,6%	0,84%	1.737
Jul/25	70,6%	14,3%	15,0%	0,81%	1.206
Ago/25	80,2%	11,2%	8,6%	0,69%	995
Set/25	73,7%	17,7%	8,7%	0,72%	1.303
Out/25	77,5%	13,5%	9,0%	0,78%	764
Nov/25	83,7%	14,3%	2,0%	1,06%	852
Dez/25	79,3%	19,6%	1,1%	1,37%	92
<b>Jan/26</b>	<b>94,0%</b>	<b>4,1%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,12%</b>	<b>364</b>
<b>Total</b>	<b>77,0%</b>	<b>14,5%</b>	<b>8,4%</b>	<b>0,84%</b>	<b>19.635</b>

#### Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Agentes Autônomos do Comércio	R\$ 1.854	409
Alimentação	R\$ 1.859	1.563
Comerciários	R\$ 1.775	1.983
Construção e mobiliário	R\$ 1.949	1.861
Educação privada	R\$ 1.870	170
Químicos	R\$ 1.821	628
Rurais	R\$ 1.794	962
Saúde privada	R\$ 1.740	835
Transportes	R\$ 2.003	4.149
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.738	1.641
Urbanitários	R\$ 1.860	129
Vigilantes	R\$ 1.761	141

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs: Dados atualizados até 02/02/2026

#### Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases

AGENTES AUTÔNOMOS COMÉRCIO	ALIMENTAÇÃO	COMÉRCIO	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO
 Acima 76,0% Igual 18,0% Abaixo 6,0%	 Acima 76,4% Igual 16,3% Abaixo 7,3%	 Acima 87,0% Igual 9,5% Abaixo 3,5%	 Acima 90,2% Igual 5,2% Abaixo 4,6%
Variação média real 0,81%	Variação média real 0,73%	Variação média real 0,71%	Variação média real 1,07%
Total (nº de reajustes) 466	Total (nº de reajustes) 1.550	Total (nº de reajuste) 2.016	Total (nº de reajuste) 1.904
EDUCAÇÃO PRIVADA	QUÍMICOS	RURAIS	SAÚDE PRIVADA
 Acima 53,1% Igual 34,7% Abaixo 12,3%	 Acima 72,2% Igual 20,1% Abaixo 7,6%	 Acima 66,3% Igual 11,8% Abaixo 21,9%	 Acima 59,2% Igual 18,8% Abaixo 22,1%
Variação média real 0,23%	Variação média real 0,63%	Variação média real 0,67%	Variação média real 0,95%
Total (nº de reajustes) 277	Total (nº de reajustes) 641	Total (nº de reajustes) 805	Total (nº de reajustes) 879
TRANSPORTES	TURISMO E HOSPITALIDADE	URBANITÁRIOS	VIGILANTES
 Acima 80,5% Igual 11,9% Abaixo 7,6%	 Acima 88,7% Igual 4,8% Abaixo 6,5%	 Acima 58,4% Igual 34,6% Abaixo 7,0%	 Acima 90,4% Igual 7,4% Abaixo 2,2%
Variação média real 0,92%	Variação média real 1,30%	Variação média real 0,25%	Variação média real 1,90%
Total (nº de reajustes) 3.898	Total (nº de reajustes) 1.618	Total (nº de reajustes) 185	Total (nº de reajustes) 135

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE  
Obs: Dados atualizados até 02/02/2026

## MERCADO DE TRABALHO

### Professores do ensino básico ganham, em média, 66% do rendimento dos demais trabalhadores com ensino superior

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC/IBGE), no 3º trimestre de 2025, o rendimento médio dos empregados com ensino superior ocupados como professores do ensino básico foi de R\$ 4.445, o equivalente a 66% da remuneração média dos trabalhadores de outras áreas que possuem o mesmo nível de escolaridade (R\$ 6.689).

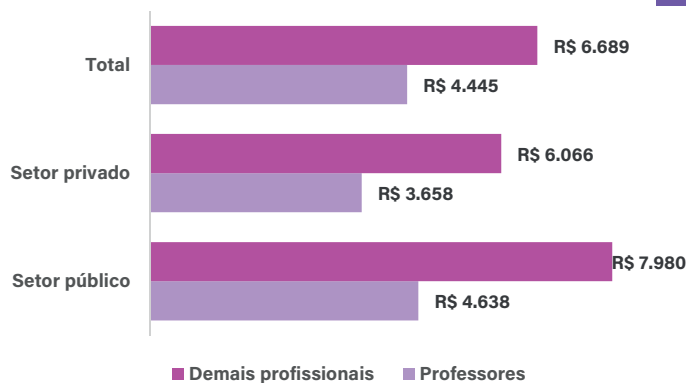
Nos últimos 10 anos, a diferença entre os rendimentos médios dos professores e dos demais trabalhadores com ensino superior caiu. No 3º trimestre

de 2015, o rendimento médio dos professores equivalia a 53% do recebido pelos demais profissionais.

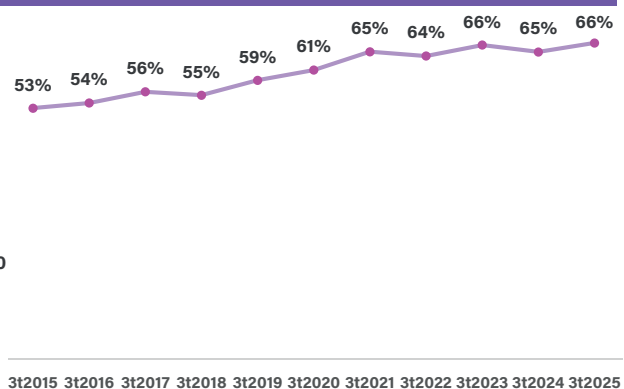
O rendimento dos professores precisaria de reajuste médio de 51% para se igualar ao dos demais trabalhadores com nível superior.

No setor público, os professores do ensino básico precisariam de 72% de aumento para que o rendimento médio deles se equiparasse ao dos outros profissionais de nível superior. Apenas no Amapá, o rendimento médio dos professores do ensino básico ultrapassou o dos demais trabalhadores com ensino superior.

Rendimento dos empregados como professores do ensino básico e dos demais empregados com ensino superior - Brasil - 3º trimestre de 2025

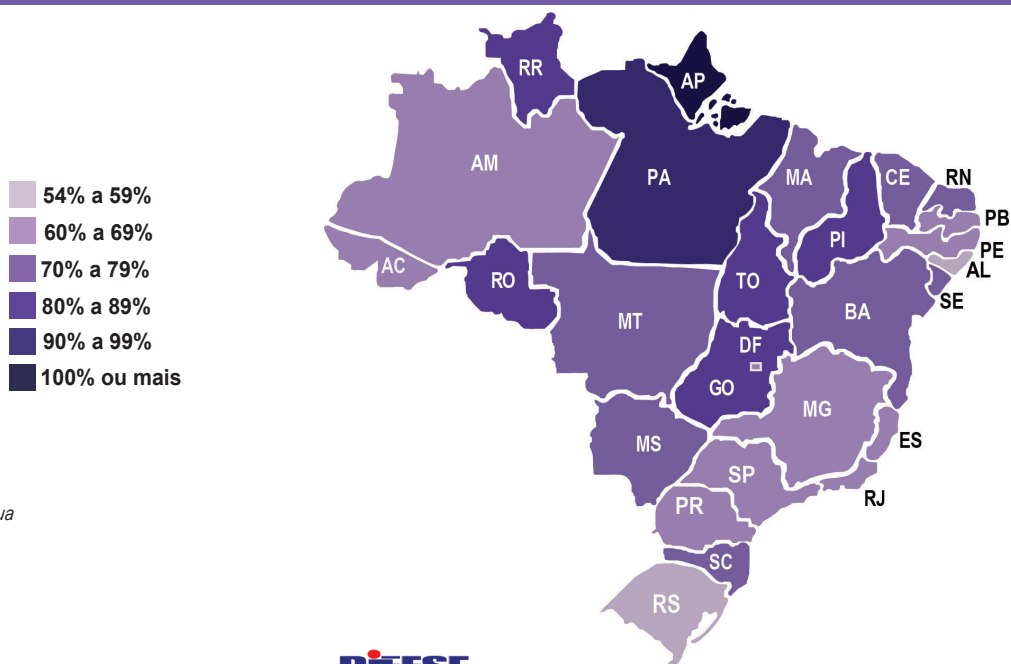


Razão entre rendimento médio dos professores do ensino básico e rendimento médio dos demais empregados com ensino superior – Brasil 3º trimestre 2015 a 3º trimestre 2025



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE. Obs.: Não inclui trabalhadores domésticos

Razão entre rendimento médio dos professores do ensino básico e rendimento médio dos demais empregados com ensino superior - Brasil - 3º trimestre de 2025



Fonte: IBGE. Pnad Contínua  
Elaboração: DIEESE

## INDICADORES ECONÔMICOS

### Com reajuste de 5,40%, piso dos professores da educação básica chega a R\$ 5.130,63 em 2026

A Medida Provisória nº 1.334/2026 altera a regra de atualização do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica ao estabelecer nova fórmula de reajuste anual. Pelo texto, o valor do piso será corrigido pelo INPC-IBGE do ano anterior, acrescido de 50% da média do crescimento real (acima da inflação) da receita do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) nos cinco anos anteriores, respeitando dois limites: o reajuste não poderá ser inferior à inflação nem superior à variação nominal da receita do Fundo entre os dois anos anteriores.

A mudança visa maior previsibilidade orçamentária a estados e municípios, ao mesmo tempo em que mantém a reposição inflacionária como garantia mínima, mas tende a moderar ganhos reais em períodos de forte expansão das receitas da educação. Como resultado, o piso salarial profissional nacional dos professores da educação básica foi fixado em R\$ 5.130,63 para este ano.

#### Evolução do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores da educação básica pública - Brasil, 2009 a 2026

Ano	Nominal	Reajuste
2009	R\$ 950,00	----
2010	R\$ 1.024,67	7,9%
2011	R\$ 1.187,02	15,8%
2012	R\$ 1.451,00	22,2%
2013	R\$ 1.567,00	8,0%
2014	R\$ 1.697,00	8,3%
2015	R\$ 1.917,78	13,0%
2016	R\$ 2.135,64	11,4%
2017	R\$ 2.298,59	7,6%
2018	R\$ 2.455,35	6,8%
2019	R\$ 2.557,74	4,2%
2020	R\$ 2.886,24	12,8%
2021	R\$ 2.886,24	0,0%
2022	R\$ 3.845,63	33,2%
2023	R\$ 4.420,55	14,9%
2024	R\$ 4.580,57	3,6%
2025	R\$ 4.867,77	6,3%
2026	R\$ 5.130,63	5,4%

Fonte: Portaria MEC nº 82, de 29/02/2026  
Elaboração: DIEESE

## GREVES

### Servidores municipais em luta constante por reposição salarial

Em 2025, foram registradas 256 greves de servidores municipais no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE, quase metade (48%) de profissionais da educação. Outras 17%, envolveram trabalhadores da saúde e 35%, profissionais de outras áreas (ou com todos os servidores).

Reivindicações por reajuste salarial (frequente em 53% das greves), investimento de mais recursos no serviço público (em 49%) e protestos políticos contra os poderes Executivo e Legislativo municipais (em 47% das paralisações) foram frequentes em cerca de metade das greves.

As pautas das greves dos servidores muni-

cipais trouxeram ainda, em destaque, a reivindicação por melhores condições de trabalho (em 41% das mobilizações), a exigência de atualização dos pisos nacionais do magistério e da enfermagem (em 31%) e a necessidade de realização de concurso público, além de questões relacionadas ao Plano de Cargos e Salários (em 24% das paralisações, cada).

#### Principais reivindicações dos servidores públicos municipais - Brasil, 2025



#### Greves dos servidores públicos municipais Brasil, 2025

Categoria	nº	%
Educação	122	47,7
Saúde	44	17,2
Outras pastas (ou greves gerais)	90	35,2
Total	256	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

## PREÇOS

### Preços da cesta básica sobem em 24 capitais em janeiro

Em janeiro, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 24 capitais e diminuiu em outras três localidades onde o DIEESE, em parceria com a Conab, realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As principais altas ocorreram em Manaus (4,44%), Palmas (3,37%), Rio de Janeiro (3,22%), Fortaleza (2,52%), Cuiabá (2,47%), Aracaju (2,44%), Vitória (2,15%) e Belo Horizonte (2,02%). Chama atenção o comportamento dos preços dos seguintes itens:

**Tomate** - Houve alta no preço em 26 capitais, com destaque para Cuiabá e Rio de Janeiro. A menor oferta de frutos de qualidade elevou os preços no varejo.

**Pão francês** - O preço subiu em 22 capitais, sobretudo em Manaus (3,06%) e Macapá (2,77%). Os aumentos

de custos da energia elétrica e da matéria-prima, farinha importada, explicam o resultado.

**Leite integral UHT** - O preço caiu em todas as 27 capitais em função dos altos estoques do produto.

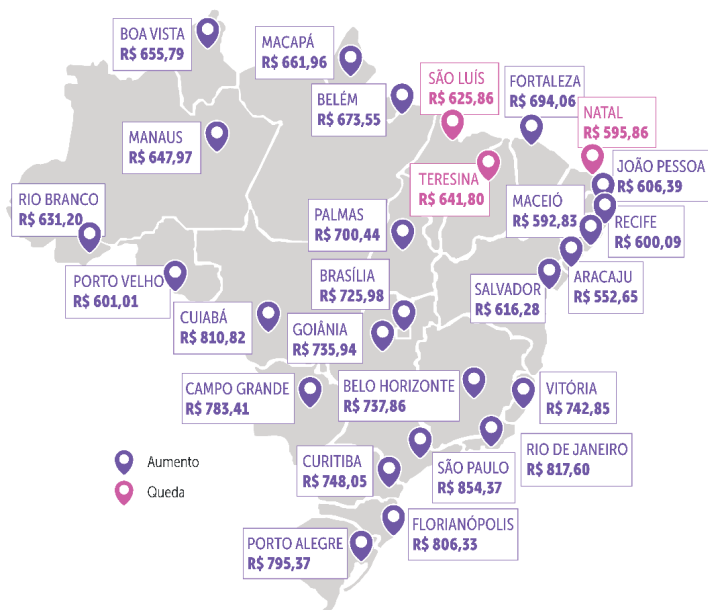
**Óleo de soja** - Houve redução no preço em 25 capitais. A expectativa de maior oferta de soja e baixa demanda, em conjunto com a valorização do real em relação ao dólar, influenciaram a queda.

**Arroz agulhinha** - O preço foi menor em 23 capitais. Os altos estoques foram responsáveis pela redução.

**Café em pó** - O produto registrou queda de preços em 22 capitais.

**Açúcar** - O preço reduziu em 21 capitais. A maior oferta de açúcar e a negociação de açúcar cristal de menor qualidade explicaram o comportamento de queda no varejo.

#### Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 27 capitais - Brasil - janeiro 2026



Fonte: Conab/DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica  
Obs.: Dados de variação em 12 meses não disponíveis para as capitais com coleta iniciada em abril de 2025 - Manaus, Macapá, Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho, Palmas, São Luís, Teresina, Maceió e Cuiabá.

#### Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - (jan/2026)

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 7.177,57
Salário Mínimo	R\$ 1.621,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,43

Fonte: Conab/DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

#### Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - (fev/25 a jan/26)

INPC - IBGE	12 meses (%)
<b>Índice Geral</b>	4,30
- Alimentação e bebidas	1,77
- Alimentação no domicílio	0,28
- Alimentação fora do domicílio	7,06

Fonte: IBGE

#### Índices de inflação - IBGE

Índices de inflação	Janeiro de 2026 (%)	Fev/25 a Jan/26 (%)	Projeção de inflação		
			mar/25 a fev/26 (%)	abr/25 a mar/26 (%)	mai/25 a abr/26 (%)
INPC-IBGE	0,39	4,30	3,24	3,04	2,96
IPCA-IBGE	0,33	4,44	3,55	3,30	3,26

Fonte: IBGE; Banco Central. A projeção de inflação foi realizada em 20/02: para fevereiro, 0,45%; para março, 0,32%; para abril, 0,39%

#### Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) Município de São Paulo, janeiro de 2026

##### Dezembro Variação 12 meses (fev/25 a jan/26)

Mensal	Geral	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
1,30%	3,64%	3,81%	3,64%	3,61%

Fonte: DIEESE

Obs.: O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias da amostra, as mais pobres (renda média = R\$ 2.637,00); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 6.960,00); e o estrato 3 reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 31.781,00). Todas as rendas médias são referentes a valores de dezembro de 2025